

CADERNOS DE HISTÓRIA
Oficina de História

Espaços medievais

CADERNOS DE HISTÓRIA
Oficina de História

Espaços medievais

Editora Universitária UFPE
Recife, 2008

Organizadora
Christine Rufino Dabat

Ano VIII N° 8, 2008
Espaços medievais
ISSN 1807-9229

CADERNOS DE HISTÓRIA - OFICINA DA HISTÓRIA

Ano VIII Nº 8, 2008 ISSN 1807-9229

Espaços medievais

SUMÁRIO

Apresentação: Para que servem os Estudos Medievais?

Christine Rufino Dabat (Org.)

A Provença na estratégia geopolítica dos reinos visigótico e ostrogótico (418-536): uma ocupação decisiva para a Gália do Sul na época merovíngia

Christine Delaplace (Universidade de Toulouse)

Amiano Marcelino e a representação da barbárie

José Maria Gomes de Souza Neto (UPE)

Reinos de negros na Idade Média: a África Subsaariana no medievo

Wellington Barbosa (UFRPE)

O *Orlando Furioso* e genealogia mítica da Casa d'Este

Marília de Azambuja Ribeiro (UFPE)

A *Canção de Rolando* e o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*: dos usos da literatura na construção da história oficial

Christine Rufino Dabat (UFPE)

Literatura Épica e História

Lucas Bittencourt

“O Caminho do Guerreiro” no Japão medieval

Angélica Louise Alencar

Leituras do Islã: o fundamento da Letra em Al-Andalus

Albino Dantas

O mal-estar de uma recepção: ascensão islâmica na Divina Comédia

Gibson Monteiro da Rocha

“A Glorificação da Paixão”: em busca do mito de amor de *Tristão e Isolda* em *Fernando e Isaura* de Ariano Suassuna

Elaine Cristina Gomes da Cunha

“Como os anjos no céu”: a castidade como projeto social

Letícia Detoni

O Apocalipse Bergmaniano

José Djalma da Silva e Samuel Carvalheira de Maupeou

PARA QUE SERVEM OS ESTUDOS MEDIEVAIS?¹

Christine Rufino Dabat²

Idade Média, medievo, período medieval: qual seria a importância desta temática para estudantes na América do Sul? Sobretudo quando o assunto é concebido da forma tradicional, limitando-se à Europa Ocidental. Neste caso, não há a presença física de catedrais, castelos ou mesmo ruínas para despertar a curiosidade. Estes marcos na paisagem só ocorrem, nesta estreita definição geográfica do medieval, no melhor dos casos em volta do Mediterrâneo, ao apreciar rapidamente os imensos universos das civilizações bizantina e islâmica.

A Idade Média – poder-se-ia argumentar – goza, no entanto, no Novo Mundo de grande apelo simbólico, embora de forma aparentemente contraditória. O medievo fornece um elenco de signos positivos e negativos superlativos. A difusão do código é tão ampla que não precisa explicar por que razão o Banco do Brasil escolheu a imagem de um castelo ‘medieval’ para sua propaganda; ou então a proliferação de ameias no topo de muros cercando residências contemporâneas. O recado é límpido: segurança, fortaleza. Da mesma forma, a opção arquitetônica neogótica não só para edifícios religiosos, do final do século XIX e início do século XX, mas também para um restaurante ou um museu recifenses traduz sem dificuldade o objetivo dos construtores: a procura da nobreza, da distinção.

Tampouco é preciso dissertar a respeito do qualificativo utilizado por um ministro fustigando o tratamento desumano dos pacientes no serviço público de saúde, pois o termo “*medieval*” associado ao de “*crueldade*” afirma algo de primitivo, impiedoso, bárbaro, em suma.³ A frequência na imprensa brasileira de manchetes denunciando ‘vândalos’ quando se trata de depredações de bens como ônibus, prédios e monumentos públicos, parece diretamente proporcional à indignação coletiva. Frente a tragédias humanas, particularmente episódios de violência urbana, a discussão da nomenclatura utilizada pode parecer deslocada. A “Carta ao leitor” da revista *Veja* tratando da morte do menino João Hélio num assalto ao carro no qual viajava com a família, descreve-a como “*martírio medieval*”,⁴ provavelmente para definir

¹ A autora agradece a revisão do português efetuada por Letícia Detoni.

² Professora no Departamento de História da UFPE.

³ AGUIAR, Ana Luiza. “Serra parte para o confronto com reitor”. *Jornal do Comércio*. Caderno Cidades. 19.08.1999.

⁴ Revista *Veja*, ano 40, nº 7, 21.02.07, p. 3.

essa crueldade – embora perpetrada num ambiente urbano desenvolvido e por meio de um objeto tipicamente moderno, um carro – como sendo primitiva, extremada, distribuída a ermo, incomensurável com o objetivo declarado, isto é o roubo do automóvel. Atributos, contudo, que os leitores entenderam de imediato, na síntese de um adjetivo.

Na literatura destinada à juventude abundam também os elementos ‘medievais’, cujo sentido pode ser ambivalente, senão ambíguo. Os desenhos em quadrinhos, RPG’s e outras diversões estão repletos de referências às quais os leitores foram preparados pelos tradicionais contos de fada. Os heróis cavalgam, desembainham espadas – a laser, para os mais ‘avançados’ – salvam moças belas e nobres de perigos inúmeros, conquistam fama e prestígio junto a seus pares, derrotam enfim inimigos temíveis. Ao mesmo tempo em que elementos nobres – em todos os sentidos do termo – são propostos, o avesso da medalha também habita o ‘medieval’ da diversão: dragões, bruxas e traidores encarregam-se de traduzir os aspectos desprezíveis e ameaçadores dos humanos – como bem mostrou Bruno Bettelheim – ao mesmo tempo em que os projetam muitas vezes na natureza ou mesmo no sobrenatural. O cinema acostumou as gerações recentes, mais versadas na comunicação visual, aos mesmos pontos de referência que aquelas dos mais velhos leitores.

Para os europeus, as marcas na paisagem não deixam esquecer o período da Idade Média: ruínas avistadas nos cumes de colinas; cidades cujas muralhas foram mantidas ou restauradas, como Carcassonne e Aigues Mortes; catedrais e mosteiros valorizados pelos guias turísticos. A toponímia das unidades territoriais mantém o legado fundador que remete ao medievo: Inglaterra, Andaluzia, Lombardia, Alemanha, Castela, Normandia e Rússia e França, para citar apenas algumas.

Mas há muitos outros traços da civilização ocidental, inclusive no seu difusionismo,⁵ que devem seu nascimento ao medievo. Instituições trazem nas suas formas cerimoniais algo que remete ao enobrecedor batismo medieval. O parlamento e o sistema de Justiça, por exemplo, encontram sua origem comum em instituições firmadas no período medieval. Os jurados, a “*corte*” do tribunal provém da tradição germânica e posterior adaptação feudal do julgamento por um coletivo representando os pares do acusado. Desdobramentos recentes do Direito Internacional aludem ao medieval, na medida em que princípios concebidos como definitivos no auge do evolucionismo jurídico – como a territorialidade das leis – parecem conhecer pelo menos a certa adaptação lembrando o princípio medieval secular da personalidade das leis. Soluções desenvolvidas para resolver situações complexas da atualidade parecem inspirar-se em parte nesta modalidade que se pensava completamente

⁵ BLAUT, J. M. *The Colonizer's Model of the World. Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York/London: The Guilford Press, 1993.

“superada”. Da mesma forma, no âmbito do associativismo como, por exemplo, para a gestão comunitária de recursos hídricos,⁶ tradições medievais são úteis para inspirar soluções novas substituindo em parte a auto-regulação de coletivos ao poder disciplinar do Estado moderno.

Mais ainda, as Convenções de Genebra, que regem até hoje os conflitos, foram inspiradas no código de honra dos cavaleiros medievais. Henry Dunand tomou a iniciativa de lançar o Direito Internacional Humanitário, na sua forma moderna, porque as posturas “nobres” dos militares nos exércitos francês e austríaco em Solferino (1849) não foram suficientes para conter o derramamento de sangue e sofrimento dos feridos. Segundo o código medieval, cavaleiros caídos deviam ser protegidos e acudidos por seus pares vencedores. Estendeu-se, deste modo, o âmbito de aplicação a todos os beligerantes. Na mesma esteira, as cláusulas dos Concílios da Paz de Deus, do século XI em diante, estabeleceram proibições que ofereciam proteção às populações civis, inclusive aos camponeses. Inspirariam, em parte, a Quarta Convenção de Genebra (1949) que precisamente trata das populações civis no contexto bélico. O fato de que nem os concílios da Paz de Deus, nem as Convenções de Genebra fossem obedecidos ao pé da letra, inclusive pelas maiores potências de então e de hoje, não tire nada da aura de sua linhagem, numa sociedade – ocidental – que mantém obviamente os guerreiros entre as categorias sociais mais prestigiadas.

As universidades, “*escolas à sombra das catedrais*”,⁷ como as definiu Duby, são uma criação medieval ocidental católica, cujas instituições europeias mais conceituadas disputam a precedência: Bolonha, Oxford ou Paris. Naturalmente, escolas superiores já existiam em Bizâncio, na Pérsia e em todo o mundo islâmico medieval ultrapassando muito em brilho e competência científica e filosófica seus êmulos ocidentais. Fora dos quadros universitários estreitos, a competência dos artífices organizados em diversas entidades, que se costuma designar como corporações de ofício, deixou obras tão duradouras e maravilhosas que testemunham da perícia de seus criadores. Os moldes jurídicos de controle das condições de trabalho e da qualidade dos produtos então firmados, permanecem hoje como um horizonte firme, numa época em que as conquistas mais recentes dos trabalhadores em matéria de proteção estão ameaçadas por flexibilizações que deixariam envergonhados seus antepassados.

As relações homem/mulher, o código da boa educação manifestada pelos representantes do sexo dito forte quando se levantam à chegada de uma senhora, oferecem-lhe o assento, abrem-lhe a porta e se propõem para ajudá-la

⁶ PERNOUD, Régine, Jean Gimpel et Raymond Delatouche. *Le Moyen Âge pour quoi faire?* Paris : Stock, 1990.

⁷ DUBY, Georges. *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade, 980-1420*. Lisboa: Estampa, [1978] 1993.

a transpor obstáculos, tem sua origem oculta no modelo estabelecido pelo amor cortês. Esses padrões são tão impregnados na sociedade ocidental que sua origem medieval é desconhecida do comum dos mortais: âmbito áulico, estirpe literária num mundo de guerreiros. Seja para domesticar os jovens cavaleiros rivalizando nas proezas para ganhar a atenção da dama – para o proveito maior de seu esposo, o suserano – segundo Duby,⁸ seja como uma evolução mais polida de uma sociedade brutal, seja ainda como uma compensação para as senhoras frente ao declínio progressivo de seu status⁹ na sociedade do fim da Idade Média, o amor cortês marcou de tal forma os costumes que ele faz parte do que os ocidentais – as ocidentais – esperam. Assim, durante a peregrinação a Meca, tal senhora afro-americana, elogiando a organização do *hadj* nos microfones da CNN, indignava-se, todavia, de não receber o tratamento “educado” que esperava enquanto dama. Não se dava conta de que sua expectativa era geograficamente deslocada e que a cortesia fora do mundo ocidental adotam outras formas. Neste sentido, medievalistas, como Joseph Morsel, propõem-se a “*demonstrar a atualidade da Idade Média e provar a nossa arrogante e pretendida sociedade ‘do saber’ a que ponto o conhecimento da Idade Média pode ser-lhe útil.*”¹⁰

Com o propósito de mostrar a riqueza dos estudos em história medieval e ilustrar o quanto podem ser tratados espaços geográficos diversos com muito proveito para desenvolver as competências no exercício do ofício do historiador, nestes *Cadernos de História* são publicados artigos produzidos por professores de diversas instituições, contribuindo assim para a tecelagem de uma rede de trocas acadêmicas.

Assim, Christine Delaplace, Professora no Departamento de História da Universidade de Toulouse II Le Mirail, propõe um artigo sobre a geopolítica gótica num período geralmente mal conhecido do medievo: “A Provença na estratégia geopolítica dos reinos visigótico e ostrogótico (418-536): uma ocupação decisiva para a Gália do Sul na época merovíngia”. Ela evidencia a sofisticação do desenvolvimento de meios diversos – pressão diplomática até ameaças e intervenções armadas – desta estratégia.

No mesmo sentido de evidenciar aspectos mal conhecidos do final do período antigo, segundo a periodização ainda utilizada, o Professor José Maria

⁸ DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos homens. Do Amor e outros ensaios*. São Paulo: Schwarcz, 1989. Ver em particular o capítulo:

⁹ Dabat, Christine Rufino. “Mas, onde estão as neves de outrora?” Notas bibliográficas sobre a condição das mulheres no tempo das catedrais”. In: *Cadernos de História*, ano I, nº 1. Recife: EDUFPE, 2002, p. 23-68.

¹⁰ *L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat... Réflexions sur les finalités de l'histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'histoire s'interrogent*. Paris: LAMOP – PARIS I. 2007, p. 9. <http://lamop.univ-paris1.fr/W3/JosephMorsel/index.htm>

Gomes de Souza Neto (UPE) mostra a importância do papel daquele que foi considerado o último grande historiador da Antiguidade, sem dúvida um dos maiores no campo da religião antiga, para não utilizar o preconceituoso vocábulo ‘pagão’: “Amiano Marcelino: a representação da barbárie”.

O Professor Wellington Barbosa (UFRPE), de maneira inovadora, faz entrar a História da África no palco dos grandes assuntos da História Medieval. Seu artigo “Reinos de negros na Idade Média: a África Subsaariana no medievo” traça um panorama que permite uma visão abrangente, despertando, sem dúvida, o interesse dos leitores para temáticas ainda pouco divulgadas entre nossos alunos.

Marília de Azambuja Ribeiro, Professora na UFPE, por sua vez, propõe uma leitura minuciosa da articulação entre história e literatura numa Itália em que as grandes famílias também precisavam de linhagens valorizantes: “O *Orlando Furioso* e genealogia mítica da Casa d’Este”.

No mesmo sentido, mas em outra escala, tentei uma pequena aventura comparativa: autoridades estatais na França e no Brasil contribuíram precisamente à construção de uma linhagem de ancestrais escolhidos, desta vez para populações inteiras, da nação no primeiro caso, da região no segundo. No artigo: “A *Canção de Rolando* e o *Cíclo da Cana-de-Açúcar*: dos usos da literatura na construção da história oficial” procura-se evidenciar como estas obras contribuíram, com algumas semelhanças, para a edificação identitária de gerações de alunos.

Na segunda parte desses *Cadernos de História – Oficina da História – Espaços Medievais*, figuram artigos redigidos por antigos alunos do curso de graduação de história da UFPE que dedicaram suas pesquisas ao âmbito medieval, muito deles redigindo suas monografias de conclusão de curso com temáticas que envolvem de algum modo o medieval. Assim, no artigo “Literatura Épica e História”, Lucas Bittencourt inicia um percurso continuado na pós-graduação na USP, na análise do papel da literatura épica na formulação de arquétipos cujos prolongamentos são surpreendentemente longevos na história.

“O caminho do guerreiro’ no Japão medieval” marca o início acadêmico da vocação de Angélica Louise Alencar pelos estudos nipônicos que ela persegue num curso de pós-graduação em Tokyo. Neste artigo a autora traça resumidamente o papel no ideário dominante no Japão da figura, também arquetípica, do guerreiro nobre.

Albino Dantas, em “Leituras do Islã: o fundamento da Letra em Al-Andalus” faz da evolução das idéias no campo filosófico, cuja singularidade é afirmada no Al Andalus.

Gibson Monteiro da Rocha apresenta uma parte de sua pesquisa apaixonada em torno da obra de Dante, à época sob a orientação do Professor

Lourival Holanda, que ele continua desde então: “O mal-estar de uma recepção: ascensão islâmica na Divina Comédia”.

Elaine Cristina Gomes da Cunha, autora de “‘A Glorificação da Paixão’: em busca do mito de amor de *Tristão e Isolda* em *Fernando e Isaura* de Ariano Suassuna”, associa a literatura contemporânea nordestina a modelos, literários ou não, proclamados europeus e, deste modo, reverenciados considerando obras de um dos maiores autores nordestinos.

Letícia Detoni, no artigo “‘Como os abjos do céu: a castidade como projeto social’”, resume sua monografia de conclusão de curso dedicado à construção histórica da abstinência sexual como norma na Cristandade Latina.

Por fim Samuel Carvalheira de Maupeou e José Djalma da Silva compartilham em “O Apocalipse Bergmaniano” uma exploração da representação do medievo no cinema através do estudo da obra famosa de Bergman *O sétimo selo*.

Vários autores, atualmente alunos de programas de pós-graduação comprovam que ao estudar o medievo, um aluno não se condena a uma via sem saída, nem é obrigado a se exilar geograficamente para continuar suas pesquisas, apesar do fato que não há (ainda?) pós-graduação habilitada para acolher os Estudos Medievais nas universidades da região.

O presente elenco de artigos demonstra que este domínio da história é rico e variado, oferecendo potenciais desafiadores não apenas em si mesmo, mas também na medida em que permite promover questionamentos à história oficial, particularmente ao percorrer espaços diversos. Prova ademais que a longa duração, incluindo o medievo, em vez de deixá-lo de lado ou entre parênteses como se faz habitualmente, providencia perspectivas esclarecedoras sobre muitos outros períodos e assuntos.

Esperamos que as páginas a seguir suscitem interesse e curiosidade nos futuros historiadores, e os encorajem a abrir o leque da diversidade nos estudos que empreenderão, enriquecendo assim seu ensino e sua produção científica.

A realização deste número dos *Cadernos de História – Oficina da História – Espaços Medievais* foi possível graças à contribuição dos autores; que encontrem aqui a expressão de minha gratidão. Contou com a ajuda de vários colaboradores na revisão e finalização do volume, aos quais sou muito grata pela generosidade com seu tempo, particularmente Elaine Cunha, Letícia Detoni, Angélica Alencar, Mateus Samico e José Marcelo Marques Ferreira Filho que contribuiu para a finalização. Os colegas do Programa de Pós-graduação em História da UFPE garantiram o financiamento do presente volume e a equipe da Editora Universitária da UFPE, sob a competente e diligente direção das Professoras Gilda Maria Lins de Araújo (*in memoriam*) e Maria José de Matos Luna, zelou pela concretização do projeto. Muito obrigada a todos/todas.